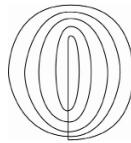


TEORIA DO ERRO

EDIÇÃO DE 2022 do

COMPÊNDIO EM LINHA DE PROBLEMAS DE FILOSOFIA ANALÍTICA

2018-2021 FCT Project PTDC/FER-FIL/28442/2017



Editado por
Ricardo Santos e Pedro Galvão

ISBN: 978-989-8553-22-5

Compêndio em Linha de Problemas de Filosofia Analítica
Copyright © 2022 do editor
Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa
Alameda da Universidade, Campo Grande, 1600-214 Lisboa

Teoria do Erro
Copyright © 2022 do autor
Pedro Galvão

DOI: <https://doi.org/10.51427/cfi.2021.0098>

Todos os direitos reservados

Resumo

O artigo começa com uma caracterização da teoria do erro, de John L. Mackie. De seguida, examina a defesa do cognitivismo proposta por Mackie e também os seus argumentos contra o realismo moral. Por fim, discute as implicações da aceitação dos argumentos de Mackie.

Palavras-chave

Desacordo moral, argumento da extravagância, realismo moral, niilismo, não-cognitivismo.

Abstract

The paper begins with a characterization of John L. Mackie's error theory. Next, it examines Mackie's proposed defense of cognitivism and also his arguments against moral realism. Finally, it discusses the implications of accepting Mackie's arguments.

Keywords

Moral disagreement, argument from queerness, moral realism, moral nihilism, non-cognitivism.

Teoria do Erro

DOI: <https://doi.org/10.51427/cfi.2021.0098>

1 Contexto filosófico

A teoria do erro deve-se a John L. Mackie, que a propôs num dos ensaios mais influentes da metaética contemporânea: "The Subjectivity of Values", o primeiro capítulo de *Ethics: Inventing Right and Wrong* (1977). O subtítulo do livro é revelador. Para Mackie, os valores morais não são descobertos, mas inventados. Contudo, acrescenta, o discurso moral pressupõe precisamente o contrário, pelo que está infectado por um erro uniforme e sistemático. Assemelhar-se-á assim ao discurso teológico, caso Deus não exista.

No contexto filosófico em que a teoria do erro surgiu, sobressaíam duas perspectivas metaéticas. Uma delas, o realismo moral intuicionista (ou não-naturalista), diz-nos que (1) existem factos morais robustamente objectivos (i.e. independentes das atitudes de qualquer agente), e que (2) esses factos, dado não serem naturais, não são passíveis de conhecimento empírico, sendo por intuição intelectual que os conhecemos.

No século passado, G. E. Moore (1903) destacou-se entre os defensores do realismo intuicionista. Muitos rejeitaram a sua perspectiva, mas seguiram-no na crítica ao realismo moral naturalista, isto é, à perspectiva que afirma (1) mas nega (2).¹ Esta última forma de realismo metaético readquiriu um vigor considerável apenas a partir dos anos oitenta, em parte como reacção à teoria do erro. Os filósofos que, como Mackie, advogavam uma metafísica geral de carácter naturalista, a par de uma epistemologia geral de pendor empirista, foram atraídos frequentemente, no campo da metaética, para o não-cognitivism moral, defendido por filósofos como A. J. Ayer (1936) e R. M. Hare (1952).² Esta é a segunda perspectiva metaética

¹ Veja-se, neste Compêndio, o artigo "Argumento da Questão em Aberto" (Galvão, 2022a).

² Veja-se, neste Compêndio, o artigo "Prescritivismo Universal" (Galvão, 2022c).

a salientar no contexto filosófico em que Mackie propôs a sua teoria. Caracteristicamente, ela diz-nos, por um lado, que os juízos morais não exprimem crenças, mas estados não-cognitivos desprovidos de valor de verdade, como sentimentos e preferências; e, por outro lado, que a linguagem moral não é fundamentalmente descritiva, mas expressiva.

A teoria do erro resulta de uma rejeição das duas perspectivas metaéticas referidas, consistindo assim numa combinação original de cognitivismo com anti-realismo, ambos defendidos por Mackie em versões radicais. Como ficará claro já na secção seguinte, Mackie advoga um cognitivismo peculiarmente forte; ao mesmo tempo, propõe um anti-realismo extremo, que podemos descrever como um exemplo de niilismo, visto sugerir-nos que pura e simplesmente não há factos morais. Muitos anti-realistas, actualmente reunidos na categoria taxonómica do construtivismo metaético, aceitam a existência de factos e de propriedades morais, ainda que não os considerem "reais", isto é, independentes de atitudes de sujeitos.

À partida, a teoria do erro tem aspectos atraentes: por ser cognitivista, está livre dos problemas semânticos – fundamentalmente, do chamado *problema de Frege-Geach* – em que esbarram aqueles que procuram entender o discurso moral em termos de expressão de atitudes conativas ou emotivas; por ser niilista, está inequivocamente livre do problema metafísico de explicar a natureza dos factos morais, bem como o nosso pretenso conhecimento desses factos.

2 A rejeição do não-cognitivismo

Para o cognitivista, os juízos morais são aquilo que parecem: crenças. Por exemplo, julgar que o aborto é errado não é expressar, digamos, um sentimento de reprobção a respeito do aborto, mas acreditar que o aborto tem uma determinada propriedade moral; e as frases que captam essa crença, como "O aborto é errado", têm valor de verdade e serão verdadeiras caso o aborto tenha efectivamente a propriedade moral em apreço. A posição não-cognitivista, importa frisar, é radicalmente revisionista, visto implicar que estamos sistematicamente enganados tanto quanto à natureza dos nossos estados mentais que

constituem juízos morais como quanto ao tipo de significado das frases morais.³

De acordo com Mackie, o não-cognitivismo falha enquanto análise da linguagem moral. Recorrendo a uma terminologia kantiana, Mackie alega que os juízos morais – ou, mais precisamente, os juízos morais de obrigação – exprimem exigências categóricas, e não hipotéticas. Quem julga que torturar é sempre errado ou imoral, por exemplo, julga que os agentes morais, *sejam quais forem os seus desejos, interesses ou inclinações*, têm uma razão moralmente decisiva para não torturar. Essa razão, como não está dependente de atitudes subjectivas, terá de ser validada por "valores objectivos". Ora, o não-cognitivista, entendendo "A tortura é errada" como a expressão de atitudes de subjectivas do falante – e.g. "Abaixo a tortura!", "Que ninguém torture ninguém!" –, falha por não captar o carácter categórico dos juízos morais.

Um cognitivista afirma que os juízos morais são (ou exprimem) crenças. Mackie vai além desta ideia, dado que defende que os juízos morais são (ou exprimem) crenças com pretensões a uma objectividade robusta. Podemos dizer que, para Mackie, a crença de que um dado acto é moralmente errado pressupõe a existência de razões externas ao agente, com uma força categórica, ditadas por valores objectivos, isto é, por factos normativos ou valorativos independentes de atitudes.

No entanto, argumenta Mackie, o pressuposto indicado é falso: não existem valores objectivos. Por isso, conclui, os juízos morais são sistemática e uniformemente falsos. Isto implica que, numa disputa moral substantiva, nenhuma das partes tem razão, pois ambas as partes estão a pressupor algo que não existe.

Antes de examinarmos os argumentos de Mackie, detenhamo-nos um pouco na alegação de que os juízos morais são sempre falsos. Consideremos, por exemplo, estas afirmações:

- (1) O aborto é errado.
- (2) O aborto não é errado.

Para Mackie, (1) é falsa porque implica, falsamente, a existência da propriedade moral de ser errado (i.e. uma incorrecção objectiva).

3 Para uma refutação do não-cognitivismo, veja-se Huemer (2005: 17-47).

Mas o que dizer de (2)? Esta frase admite duas interpretações:

- (3) O aborto tem a propriedade moral de ser permissível.
- (4) O aborto não tem a propriedade moral de ser errado.

Mackie diria que (3) também é falsa, visto implicar, falsamente, a existência da propriedade moral de ser permissível (i.e. uma correcção objectiva). A afirmação (4), pelo contrário, será verdadeira à luz da teoria do erro.

Uma questão interessante é a de saber se um defensor da teoria do erro deverá, como Mackie, alegar que as crenças morais são uniformemente falsas, ou se deverá dizer antes que, estas, por envolverem um pressuposto falso, não são verdadeiras nem falsas.⁴ Seja qual for a melhor opção, a teoria do erro dirá sempre que as crenças morais nunca são verdadeiras.

3 O argumento da "relatividade" ou desacordo

O primeiro argumento anti-realista de Mackie, designado por *argumento da relatividade*, tem como premissa fundamental o desacordo moral, tanto aquele que se verifica entre sociedades diferentes como aquele que se regista entre segmentos distintos da mesma sociedade. Mackie não comete o erro extraordinariamente ingénuo de *deduzir* a inexistência de "valores objectivos" a partir do desacordo moral: como é óbvio, a existência de desacordo num dado domínio não implica a inexistência de verdades ou de factos objectivos nesse domínio. O argumento de Mackie apresenta-se antes como uma abdução, ou seja, como uma inferência para a melhor explicação:

[O] argumento da relatividade tem alguma força simplesmente porque as variações que efectivamente se verificam nos códigos morais se explicam mais facilmente pela hipótese de que reflectem modos de vida do que pela hipótese de exprimem percepções, na sua maioria seriamente inadequadas e muito distorcidas, de valores objectivos. (1977: 37)

Está longe de ser óbvio, no entanto, que uma explicação niilista do desacordo moral seja melhor do que uma explicação realista. Isso

⁴ A respeito desta questão, veja-se Olson (2014: 11-15).

seria verdade se o desacordo moral fosse muito mais surpreendente (ou improvável) sob o realismo moral do que sob o niilismo moral, mas não parece que seja: dado o realismo moral, o desacordo não se afigura nada surpreendente. Este será atribuível a falhas de raciocínio ou a evidência inadequada, a preconceitos sociais ou a superstições religiosas.⁵ Muito do desacordo *científico*, aliás, é explicável do mesmo modo.

Poder-se-á insistir que enquanto o desacordo científico, em princípio, é *sanável*, o desacordo moral é *insanável mesmo em princípio*. Contudo, esta linha de raciocínio não é auspiciosa. Antes de mais, é duvidoso que o desacordo moral seja insanável não só na prática, mas até em princípio. Como sabemos isso? Ademais, ainda que o desacordo moral seja insanável em princípio, isso não justifica a rejeição do realismo moral. Pois se o desacordo moral for insanável em princípio, é de crer que também o desacordo metaético seja insanável em princípio. (A literatura filosófica mais refinada não indicia que estejamos perto de uma teoria metaética consensual.) Assim sendo, se a insanabilidade do desacordo moral justificasse a rejeição de factos morais, a insanabilidade do desacordo metaético, como argumenta Shafer-Landau (2003: 220), justificaria a rejeição de factos *metaéticos*. Teríamos de concluir, então, que nenhuma teoria metaética é objectivamente verdadeira, ou seja, que as diversas teorias metaéticas – incluindo, claro, a teoria do erro – não passam, por exemplo, de expressões de atitudes ou, talvez, de alegações baseadas num erro sistemático.

4 Os argumentos da extravagância

"Se existissem valores objectivos", assevera Mackie (1977: 38), "estes seriam entidades, qualidades ou relações de um tipo muito estranho, totalmente diferentes de tudo o resto no universo." A existirem, os valores objectivos seriam entidades extraordinariamente extravagantes [*queer*] – e a sua própria extravagância é uma razão de peso para descrermos na sua existência. Esta é a ideia genérica do "argumento da extravagância" que Mackie propõe, ao qual, no entanto,

⁵ Para uma discussão muito elucidativa do efeito do desacordo moral no realismo moral, veja-se Brink (1989: 197-210).

correspondem na verdade argumentos distintos, que procuram evidenciar de formas diferentes a extravagância dos valores objectivos. De acordo com Jonas Olson (2014), podemos distinguir quatro argumentos da extravagância.

4.1 *O argumento epistémico*

Um desses argumentos, de natureza epistémica, surge na passagem seguinte: "se estivéssemos inteirados deles [i.e. dos valores objectivos], teríamos de o estar mediante uma faculdade especial de percepção ou intuição moral, totalmente diferente dos nossos modos comuns de conhecer tudo o resto." (1977: 38)

Podemos reconstruir assim o argumento:

- (1) Se existirem factos morais objectivos, conhecemos alguns desses factos.
- (2) Se conhecemos alguns desses factos, conhecemo-los mediante um sentido moral.
- (3) Esse sentido moral é uma extravagância.
- (4) Esse sentido moral não existe. [da premissa anterior]
- (5) Logo, não existem factos morais objectivos.

Neste argumento, a premissa (2) é especialmente vulnerável. Pelo menos de um modo geral, os realistas morais negam que o conhecimento de factos morais dependa de um sentido moral, isto é, de "uma faculdade especial de percepção ou intuição moral". O realista naturalista poderá alegar que o conhecimento moral é empírico e que não exige nenhuma faculdade distinta das que tornam possíveis as ciências empíricas. O realista intuicionista, embora creia que o conhecimento moral se deve à intuição, dirá que a intuição moral não envolve o exercício de uma (extravagante) faculdade intuitiva dedicada especificamente à captação de verdades morais. Negará, pois, a existência de um sentido moral. A seu ver, é por intuição intelectual que captamos verdades lógicas ou matemáticas – e é por esta mesma faculdade que captamos também verdades morais.⁶

⁶ Para uma defesa de uma epistemologia moral intuicionista, veja-se Huemer (2005: 99-127).

4.2 O argumento da superveniência

Tendo sempre em mente o realismo intuicionista, Mackie encontra na superveniência das propriedades morais sobre as propriedades naturais razões suplementares para descartar valores objectivos. Se um acto tiver, digamos, a propriedade (não-natural) de ser moralmente errado ou incorrecto, tem essa propriedade em virtude de ter determinadas propriedades naturais, como as de ser uma mentira ou um caso de crueldade. Mackie leva aqui mais longe a sua objecção epistémica ao realismo, alegando que seria necessária uma capacidade extravagante para captar esta dependência das propriedades morais relativamente às propriedades naturais:

Não é sequer suficiente postular uma capacidade que "veja" a incorrecção moral: temos de postular algo que veja ao mesmo tempo as propriedades naturais que constituem a crueldade, a incorrecção moral, e a misteriosa ligação consequencial entre ambas. (1977: 41)

A preocupação principal de Mackie com a superveniência, no entanto, parece ser metafísica. De acordo com a interpretação de Olson (2014: 92), o seu argumento é o seguinte:

- (1) As propriedades morais e as propriedades naturais são distintas.
- (2) As propriedades morais supervêm necessariamente sobre as propriedades naturais.
- (3) As relações de coextensão necessária entre propriedades distintas são extravagantes.

Logo, as relações de superveniência entre propriedades morais e propriedades naturais são extravagantes.

- (4) Se as relações de superveniência entre propriedades morais e propriedades naturais são extravagantes, então as propriedades morais são extravagantes.

Logo, as propriedades morais são extravagantes.

A transição de (2) para (3) precisa de ser elucidada. Considere-se, por exemplo, um realista intuicionista que defende um utilitarismo de actos hedonista. Ele dirá, portanto, que qualquer acto errado é errado em virtude de não maximizar o prazer: a propriedade de

ser errado supervém necessariamente sobre a propriedade natural de não maximizar o prazer e, assim, estas propriedades, embora distintas, serão necessariamente coextensionais. Ora, isso parece metafisicamente extravagante: *duas* propriedades não podem ser exemplificadas exactamente pelas mesmas coisas em todos os mundos possíveis.

Caso o realista tenha uma perspectiva pluralista da obrigação moral, o problema não deixará de se pôr. Se ele pensar que qualquer acto errado é errado em virtude de ser uma mentira *ou* um roubo *ou* ... *ou* uma tortura, a propriedade moral de ser errado, que é uma propriedade não-natural, será necessariamente coextensional com essa propriedade natural de carácter disjuntivo – o que, uma vez mais, se afigura extravagante.

Em resposta a este argumento, pode-se alegar que, na verdade, duas propriedades podem ser necessariamente coextensionais. A trilateralidade e a triangularidade, por exemplo, são exemplificadas pelas mesmas coisas em todos os mundos possíveis, mas não deixam de ser propriedades distintas. Não há aí nenhuma extravagância, pelo que a premissa (3) é falsa.

4.3 *O argumento motivacional*

Na passagem seguinte, Mackie apresenta outro argumento da extravagância:

As Formas de Platão dão uma imagem dramática daquilo que os valores objectivos teriam de ser. Pela sua natureza, a Forma do Bem providencia a quem a conheça tanto uma direcção como um motivo invencível; o facto de algo ser bom diz à pessoa que sabe disso para o perseguir e fá-la persegui-lo. Um bem objectivo seria perseguido por qualquer pessoa que o conhecesse não por causa do facto contingente de essa pessoa ou de todas as pessoas estarem constituídas de forma a desejarem esse fim, mas simplesmente porque o fim teria, de algum modo, uma perseguidade [*to-be-pursuedness*] inscrita em si mesmo. Similarmente, se existissem princípios objectivos do certo e do errado, qualquer (possível) curso de acção errado teria, de algum modo, uma repulsividade [*not-to-be-doneness*] inscrita em si mesmo. (1977: 40)

Mackie sugere aqui que os factos morais objectivos, se existissem, seriam factos investidos de um (extravagante) poder magnético: quando *conhecidos*, fossem quais fossem as nossas motivações prévias, atrair-nos-iam irresistivelmente para certos cursos de acção, e fariam outros cursos de acção possíveis repelir-nos de forma igualmente irresistível. Desta extravagância motivacional, conclui-se pela inexistência de factos morais objectivos.

A melhor réplica a este argumento é que o realista moral não está comprometido com esta concepção dos factos morais – e que tão-pouco é de crer que ela seja pressuposta no discurso moral comum. O realista moral, por outras palavras, poderá muito bem rejeitar qualquer compromisso com este *intelectualismo moral*, isto é, com a perspectiva (*grosso modo*) de que, necessariamente, se um agente sabe que é moralmente correcto fazer algo, então está decisivamente motivado para o fazer.⁷

Os factos morais, quando conhecidos, podem dar "uma direcção" para agir, isto é, podem constituir razões normativas, mas isso não implica que dêem também "um motivo invencível", ou seja, que constituam também razões motivantes. Ao atribuir o compromisso indicado ao realista moral, Mackie parece não ter atendido à diferença profunda entre estes dois géneros de razões para agir.

4.4 *O argumento da irreducibilidade normativa*

Ao passo que as razões motivantes consistem em estados mentais, as razões normativas são *factos* – factos que contam a favor, ou a desfavor, de determinados cursos de acção. Pondo de parte o que Mackie tem a dizer sobre o poder motivacional do conhecimento dos factos morais objectivos, Olson (2014: 116-138) julga que podemos discernir, na sua discussão, um argumento da extravagância muito melhor, que respeita unicamente à natureza das razões normativas.

⁷ O intelectualismo moral é uma versão de internismo motivacional – a perspectiva que afirma uma conexão conceptualmente necessária entre juízos morais e motivações para agir. Em resposta a Mackie, um realista moral pode perfeitamente repudiar não só o intelectualismo moral, mas também qualquer outra forma de internismo motivacional. Veja-se, neste Compêndio, o artigo "Motivação Moral" (Galvão, 2002b).

Para o realista moral, supõe-se, a objectividade dos factos morais resulta de esses factos implicarem razões normativas que são *irreduzivelmente normativas*. Olson explica esta noção nos termos seguintes:

Dizer que um facto, F, é uma razão irreduzivelmente normativa para um agente, A, se comportar de determinada maneira, como, e.g., obedecer a [uma norma] N, é dizer que F conta a favor de A obedecer a N, onde a relação de favorecimento é irreduzivelmente normativa. Ela não é redutível, por exemplo, a factos sobre aquilo que promoveria a satisfação dos desejos de A, ou a factos sobre o papel ou a participação de A em actividades governadas por regras. (2014: 122)

Suponha-se, por exemplo, que o realista moral afirma que é moralmente errado um determinado agente mentir em determinadas circunstâncias. O que ele está a dizer, implica, na verdade, que (1) o agente tem uma razão normativa para não mentir, e que (2) essa razão, que desfavorece a mentira, não se deixa reduzir a quaisquer factos psicológicos ou a factos sobre convenções que governam actividades. Ora, estas relações de favorecimento ou desfavorecimento, *irreduzivelmente normativas*, parecem constituir uma extravagância metafísica.

Consideremos, a título de exemplo, uma alegação acerca de uma partida de xadrez: o jogador A tem uma razão normativa para mover um certo peão para uma certa casa. Não é difícil entender a natureza desta razão: dado que A deseja vencer a partida (e dadas as convenções que regulam o xadrez), mover o peão para a casa em questão promoveria a satisfação dos desejos de A. As razões irreduzivelmente normativas, contudo, não admitem uma elucidação deste género. Assim, se de facto o realista moral está comprometido com razões desse género, a sua posição, mesmo que não seja extravagante, no mínimo é muito enigmática.

5 Implicações

5.1 *Abolir a moralidade?*

Suponha-se que aceitamos a teoria do erro. Que implicações práticas deverá isso ter? Qual será, nesse caso, a resposta apropriada à

moralidade? A sua abolição poderá parecer a implicação evidente. Se descobrirmos que, por Deus não existir, o discurso teológico é uniforme e sistematicamente falso, provavelmente será apropriado pôr de parte esse discurso e incentivar outros a seguir o exemplo. Se descobrirmos que, por não existirem "valores objectivos", o discurso moral tem o mesmo defeito, uma resposta análoga, abolicionista, poderá parecer atraente. Essa, no entanto, não é a resposta que Mackie subscreve. Na verdade, e talvez surpreendentemente, a sua defesa da teoria do erro ocupa apenas o primeiro capítulo de um livro de ética filosófica que contém, nos capítulos subsequentes, muita discussão moral substantiva. A rejeição do abolicionismo revela-se implicitamente nesses capítulos, mas também, de forma suficientemente explícita, pelo final da defesa da teoria do erro:

Precisamos da moralidade para regular as relações interpessoais, para controlar algumas formas de as pessoas se comportarem perante os outros, muitas vezes em oposição a inclinações contrárias. (1977: 43)

Outro defensor notável da teoria do erro, Richard Joyce (2001), também recusa o abolicionismo. Propõe antes um ficcionalismo: embora, ao invés do que diria um ficcionalista hermenêutico, o discurso moral comum não seja ficcional, há que passar a tratá-lo como tal em vez de simplesmente o abandonar, dada a sua importância prática. Continuaremos a ter pensamentos morais, mas não propriamente crenças morais – e assim não ficaremos reféns do erro.

Na sua crítica ao utilitarismo de actos, Mackie (1977: 129-33), apontando a sua impraticabilidade, descreveu-o como "a ética da fantasia". Ao ficcionalismo de Joyce, poder-se-á objectar que este é uma metaética da fantasia: não é de crer, por um lado, que seja psicologicamente possível as pessoas passarem a tratar as suas perspectivas morais como alegações acerca de um mundo de faz-de-conta, nem, por outro, que a moralidade conservasse a sua importância prática caso passasse a ser vista como uma ficção.

5.2 *Porque não o construtivismo?*

Suponha-se que Mackie consegue refutar tanto o não-cognitivismo como o realismo moral. Será isso suficiente para declarar a teoria

do erro como vitoriosa? Será que isso *implica* a verdade da teoria do erro? De forma alguma, visto que os argumentos de Mackie não atingem o construtivismo metaético. Tanto o defensor da teoria do erro como o construtivista aceitam o cognitivismo e repudiam a existência de factos morais independentes de atitudes. O construtivista, no entanto, contrapõe ao realismo moral não um niilismo quanto a factos morais, mas a ideia de que todos esses factos são "construídos" adequadamente a partir de atitudes também elas adequadas.

No contexto filosófico de Mackie, o construtivismo não era ainda uma alternativa suficientemente nítida. Todavia, podemos conjecturar que, diante dessa alternativa, Mackie alegasse o seguinte: o discurso moral comum está comprometido com factos morais *reais*, e não com factos morais meramente construídos ou dependentes de atitudes, pelo que os juízos morais não deixarão de ser falsos, ainda que admitamos, na nossa ontologia, factos morais dependentes de atitudes.

Face a esta alegação conjectural, podemos conceder que o discurso moral comum está comprometido com a *objectividade* da moralidade, mas negar que esteja vinculado à sua *realidade*. Por outras palavras, podemos admitir que, no discurso moral comum, se pressupõe que a verdade e a falsidade das posições morais mais fundamentais *não varia* em função do sujeito, da sociedade ou seja do que for, pelo que se pressupõe a existência de factos morais objectivos, mas acrescentar, muito plausivelmente, que daí não decorre um pressuposto mais específico sobre a natureza desses factos, a saber, o de que pelo menos alguns deles são inteiramente independentes de quaisquer atitudes. Após esta concessão limitada, importa salientar que, em algumas versões de construtivismo, salvaguarda-se a objectividade da moralidade.⁸ O argumentário de Mackie em defesa da teoria do erro, então, não põe minimamente em causa as teorias metaéticas deste género, o que limita significativamente o seu alcance.

Pedro Galvão
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

8 Para uma elucidação e defesa do construtivismo metaético, veja-se Street (2010).

Referências

- Ayer, A. J. 1936. *Language, Truth, and Logic*. Nova Iorque: Dover, 1946.
- Brink, David. O. 1989. *Moral Realism and the Foundations of Ethics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Galvão, Pedro. 2022a. Argumento da Questão em Aberto. *Compêndio em Linha de Problemas de Filosofia Analítica*. Ed. por Pedro Galvão e Ricardo Santos. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.
- Galvão, Pedro. 2022b. Motivação Moral. *Compêndio em Linha de Problemas de Filosofia Analítica*. Ed. por Pedro Galvão e Ricardo Santos. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.
- Galvão, Pedro. 2022c. Prescritivismo Universal. *Compêndio em Linha de Problemas de Filosofia Analítica*. Ed. por Pedro Galvão e Ricardo Santos. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.
- Hare, R. M. 1952. *The Language of Morals*. Oxford: Clarendon Press.
- Huemer, Michael. 2005. *Ethical Intuitionism*. Basingstoke: Palgrave Mcmillan.
- Joyce, Richard. 2001. *The Myth of Morality*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Mackie, John L. 1977. *Ethics: Inventing Right and Wrong*. Londres: Penguin Books, 1990.
- Moore, G. E. 1903. *Principia Ethica*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- Olson, Jonas. 2014. *Moral Error Theory*. Oxford: Oxford University Press.
- Shafer-Landau, Russ. 2003. *Moral Realism: A Defence*. Oxford: Oxford University Press.
- Street, Sharon. 2010. What is Constructivism in Ethics and Metaethics? *Philosophy Compass* 5: 363-384.